

STREET, JORGE

*pres. CIB 1912-1926.

Jorge Luís Gustavo Street nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 22 de dezembro de 1863, filho de Ernesto Diniz Street e de Heloísa Leopolina Street. Seu avô paterno, cidadão britânico, radicou-se no Brasil no século XIX, casando-se com uma brasileira.

Iniciou os estudos em 1870 em sua cidade natal, nos colégios Almeida Martins e Vitória. Fez curso de humanidades na Alemanha e, de volta ao Brasil, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se formou em 1886. Em seguida fez nova viagem de estudos à Europa.

A partir de 1896 dedicou-se à indústria têxtil, adquirindo pouco mais tarde um grupo de ações da Fábrica de Juta São João, no Rio de Janeiro, núcleo original da Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Tornou-se também proprietário da fábrica Rnak. Principiou assim longa e marcante presença no setor, que se desdobraria na influência sobre o conjunto da política de industrialização do país nas primeiras décadas do século XX.

Em 1900 Jorge Street foi eleito para a diretoria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e em 1903 foi um dos industriais que participaram das duas comissões, formadas separadamente pelo governo e pela Associação Comercial, a fim de estudar a reforma tarifária pretendida pelo ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões. Delas resultaram projetos semelhantes, enfatizando a necessidade da adoção de mecanismos protecionistas, que, entretanto, encontraram forte oposição dos setores ligados à lavoura cafeeira e a certos ramos industriais, bem como do próprio ministro da Fazenda, que os considerou lesivos aos interesses do fisco. Diante disso, nenhuma das duas propostas chegou sequer a ser apresentada ao Congresso Nacional.

Através da emissão de 13 mil contos de réis em debêntures, Street adquiriu em 1904 a Fábrica de Juta Santana, no bairro do Brás, em São Paulo. No mesmo ano, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, existente desde 1820, e o Centro de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro uniram-se, formando o Centro Industrial do Brasil (CIB), que, embora agrupasse principalmente industriais cariocas e fluminenses, visava defender a indústria em todo o território nacional. Partidário de uma política industrialista, Jorge Street tornou-se

primeiro-secretário da diretoria da nova entidade, presidida por Inocêncio Serzedelo Correia, militar, político, economista e escritor, ex-ministro do governo de Floriano Peixoto (1891-1894) e então prefeito do Distrito Federal. Passou então a escrever com frequência em defesa da indústria nacional e do protecionismo alfandegário, sistematicamente acusados de responsáveis pelo aumento do custo de vida. Segundo afirmava, a inflação advinha muito mais da ação dos importadores, favoráveis à elevação das taxas sobre mercadorias que não tinham similar nacional e contrários a essa medida quando se tratava da situação inversa. Opunha-se também à contraposição, comum na época, entre os “lucros extraordinários da indústria” e as dificuldades suportadas pelo povo, argumentando que todas as “classes produtoras” — isto é, participantes da formação da riqueza nacional, proprietárias ou não — deveriam ser estimuladas e amparadas pelo governo, pois “o aumento da soma total da produção do país... traz como resultado o aumento da prosperidade geral, de que todas as classes partilham”.

Em 1907 transferiu os equipamentos da Fábrica São João para São Paulo, incorporando-os à empresa Santana para constituir um importante parque de 15 mil fusos e 1.500 teares de juta. Nesse mesmo ano, tornou-se membro suplente do conselho fiscal da Companhia Docas de Santos, cargo que assumiria como efetivo em 1911. Em 1909 construiu no Rio de Janeiro a Fábrica Santa Heloísa, tecelagem de algodão de tamanho médio, posteriormente vendida para reforço do capital da Santana.

O traço mais marcante da atuação de Jorge Street foi seu pioneirismo na adoção de algumas modalidades de assistência social, especialmente novos métodos de higiene e proteção a seus operários, revolucionando completamente as relações de trabalho da época. Em 1908 introduziu na Fábrica Santana, e em 1914 na Maria Zélia, creche, jardim de infância e um grupo escolar. Mandou construir trezentas casas para alugar a seus trabalhadores, servidas de restaurantes, ambulatório, farmácia, igreja, teatro, praça de esportes, salão de baile e centro literário, além de instalar armazéns para a venda de gêneros de primeira necessidade a preços reduzidos. A Fábrica Maria Zélia fora instalada por Street em 1913-1914 no bairro paulistano do Belenzinho.

JORGE STREET E O MOVIMENTO OPERÁRIO

Em 1912, ano em que Jorge Street foi eleito presidente do CIB, a elevação do custo de vida provocou manifestações em São Paulo, que se desdobraram em uma greve no setor têxtil. Entre as fábricas atingidas encontravam-se as duas maiores do ramo, a Santana e a Mariângela (essa de propriedade de Francisco Matarazzo), que, segundo os jornais da época, contavam respectivamente com dois e três mil operários, o que não confere com os dados do boletim do Departamento Estadual do Trabalho (São Paulo, 1912), que indica 2.700 trabalhadores na primeira e 1.900 na segunda. Os operários exigiam 25% de aumento salarial e redução da jornada de trabalho de dez horas e meia para nove horas, mas não tiveram suas reivindicações atendidas.

Pouco depois, setores da opinião pública voltaram à carga contra o protecionismo concedido às indústrias, considerado causador da “carestia geral da vida”. Jorge Street publicou então uma longa carta onde defendia as indústrias nacionais — “fator de desenvolvimento econômico” — e atribuía o surto inflacionário “ao nosso sistema comercial” e aos favores dispensados pelo governo aos capitais estrangeiros que realizavam “uma empolgante e abusiva conquista financeira do Brasil”, o que seria evitado se o governo dispensasse mais apoio aos empresários nacionais. Street, que transferiu residência para São Paulo em 1914, voltaria a expressar essa posição em seu discurso de saudação ao presidente Venceslau Brás (1914-1918), quando ressaltou o papel crescente da indústria nacional na arrecadação da receita pública e na intensificação do desenvolvimento econômico.

Em 1917, em meio a um ambiente de tensão causado pelo aumento contínuo do custo de vida, pela suspensão das exportações de trigo argentino para o Brasil e pelas denúncias feitas contra alguns importantes industriais que desenvolviam atividades especulativas, eclodiu uma greve no Cotonifício Crespi que se ampliou a partir da morte de um militante anarquista, o sapateiro Martinez, em julho, às portas da Tecelagem Mariângela, para onde se dirigira o piquete grevista. O movimento se generalizou e teve em Jorge Street um defensor de suas reivindicações junto ao patronato, que foi forçado a conceder 20% de aumento salarial para os trabalhadores. A ótica paternalista com que Street encarava as relações de trabalho ficou nessa ocasião bastante evidenciada em suas atitudes e declarações ao jornal *O Estado de S. Paulo*: “Eu já havia concedido o aumento de 20% nos salários e a [minha] fábrica trabalhava em plena força e na maior ordem, quando fui

procurado por uma comissão de operários grevistas que me pediu em termos perfeitamente comedidos que concedesse folga ao nosso pessoal para que ele pudesse dar uma prova de solidariedade aos companheiros que ainda não tinham obtido o que desejavam. Reuni, então, no pátio da fábrica, a totalidade dos nossos operários — homens, mulheres e crianças, mais de 2.800 — e, comunicando-lhes o pedido recebido, disse-lhes conceder a folga solicitada por seus companheiros... Disse-lhes haver muita justiça na sua causa e ser a greve um direito reconhecido por todos nós; pedi-lhes, entretanto, que não confundissem greve pacífica com revolta tumultuária... Afirmar ter a certeza de que nenhum dos nossos homens seria colhido nessas lamentáveis desordens, guardando todos a honra de nossa fábrica, que era também a honra de todos eles. Eu estava só, no meio deles, com meu ilustre gerente; nenhum constrangimento havia, pois. Eles me compreenderam perfeitamente: numerosos ‘muito bem’, ‘tem razão patrão!’, ‘é isso mesmo!’, e uma estrondosa salva de palmas partida de todos eles trouxeram-me a certeza de ter dado a justa nota.”

O jornal prosseguiu sua cobertura da greve afirmando que “foi Jorge Street quem, numa reunião de patrões na redação de *O Estado de S. Paulo*, onde alguns oradores truculentos se manifestaram achando que a solução do movimento e a volta ao trabalho eram apenas um caso de polícia, surpreendeu de repente seus colegas declarando firmemente que os operários tinham razão e que a culpa de tudo cabia à intransigência dos próprios industriais. Disse mais, que não se tratava absolutamente de um caso de polícia, mas de um problema social que exigia solução rápida e humana a fim de evitar-se perigo maior para o futuro”.

De maneira geral, essa linha de conduta marcou as atividades de Jorge Street tanto em relação ao conjunto do empresariado quanto em suas próprias fábricas. Em setembro de 1917, publicou artigo no *Jornal do Comércio* em defesa da concessão às mulheres trabalhadoras de licença de dois meses para o parto, e no ano seguinte reformou as instalações de sua Fábrica Maria Zélia, melhorando as condições de trabalho de modo a torná-la um estabelecimento modelar para a época. Pouco depois, concedeu férias remuneradas para seus trabalhadores, medida que suscitou a oposição da classe empresarial. Ao mesmo tempo, entretanto, opôs-se abertamente a uma lei municipal que estabelecia restrições ao trabalho de menores, e, anos depois de ter defendido a greve como arma operária, reformulou sua opinião, afirmando que a paralisação só se justificava em casos especiais de negação de justiça.

Como presidente do CIB, aceitou também estabelecer contatos com a tendência moderada da União dos Operários das Fábricas de Tecidos (UOFT), mostrando disposição de reconhecer o sindicato e admitir como legítimas as reivindicações corporativas dos trabalhadores. Em meio à repressão que se seguiu à greve de 1918, reafirmou seu propósito de negociar tão logo o governo autorizasse a reabertura da Associação dos Trabalhadores Têxteis. Essa atitude, bem como divergências entre os empresários quanto à distribuição entre si dos empréstimos que o governo federal havia concedido ao setor em crise, causou uma cisão no CIB, levando à criação, pelos industriais do algodão dissidentes, do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (CIFTA) em fevereiro de 1919.

Em junho desse ano, Jorge Street publicou um artigo em *O País* e no *Jornal do Comércio*, defendendo a posição do CIB em relação ao reconhecimento dos sindicatos operários, que ele considerava fruto da própria evolução do capitalismo. Depois de apontar a inevitabilidade de “graves divergências e antagonismos entre os trabalhadores e o patronato” no quadro da indústria moderna, considerava natural o protesto do operariado contra a tendência “do capital impor o máximo de trabalho com o mínimo de salário”, e concluía: “O direito e a justiça da organização das classes operárias são, pois, indiscutíveis... [Com ele] nós, os patrões, perdemos a vantagem de tratar só com nossos operários isolados e fracos e vamos ser obrigados a tratar com a associação, pelo menos tão forte como nós. Assim o contrato individual com nosso operário tem que ser substituído pelo contrato coletivo com essas associações... É desagradável, eu concordo, mas é inevitável e, afinal, é justo.”

Em outro trecho do artigo, Street chegou a sugerir uma legislação trabalhista, antecipando-se assim em muitos anos ao que, no Brasil, viria a ser adotado na década de 1930 e consolidado em 1943: “Entre nós essas coisas estão ainda em formação, mas caminham rapidamente. Longe de nos opormos a essa marcha, devemos colaborar e facilitar o seu progresso. A própria legislação deve intervir para regular os direitos e deveres dessas associações, assim como os das nossas, instituindo os necessários tribunais de arbitragem que, bem organizados, facilitariam muito a solução das questões que não puderem ser resolvidas por conciliação direta.”

Em outubro de 1919, nova greve generalizou-se em São Paulo, pleiteando a redução da jornada de trabalho para oito horas. Jorge Street foi um dos empresários que se opuseram

ao atendimento dessa reivindicação, mas reviu sua posição e passou a admiti-la depois que Francisco Matarazzo observou durante uma reunião que os prejuízos advindos da redução da produção seriam compensados pelo consequente aumento dos preços.

JORGE STREET E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Para Warren Dean, o “paternalismo consciente” de Jorge Street era uma forma de exploração mais racional da mão de obra, pois, conforme ele mesmo declarou a uma delegação inglesa em visita a suas fábricas, proporcionava numerosos benefícios aos operários não a título de caridade, mas em lugar de salários mais elevados “que seriam torrados em coisas inúteis”. Insistia também para que todos os trabalhadores de sua “moderna aldeia” observassem o toque de recolher às 21 horas e se abstivessem de ingerir bebidas fortes. Ao mesmo tempo, nos jardins de infância sustentados pelas fábricas, junto com hábitos de asseio as crianças aprendiam a tecer modelos.

Street conservou-se na presidência do CIB até março de 1926, quando foi substituído por Francisco de Oliveira Passos. Nesse mesmo ano, foi eleito presidente do Centro de Fiação e Tecelagem de São Paulo. Em janeiro de 1928, renunciou ao cargo de diretor da Companhia Docas de Santos, que ocupava desde 1920, para liderar a chapa representativa dos interesses industriais apresentada para as eleições da nova diretoria da Associação Comercial, entidade fundada em 1814 que até então reunia o conjunto do empresariado paulista. A disputa contra a chapa oficial, ligada ao comércio, gerou um impasse que levou à cisão da associação e à criação, em 3 de junho desse ano, do Centro Industrial do Estado de São Paulo (CIESP), que teve Francisco Matarazzo como primeiro presidente, Roberto Simonsen como vice e Jorge Street como membro da diretoria inaugural.

Em entrevista concedida a *O Jornal* em novembro de 1928, na qualidade de ex-presidente da Companhia Nacional de Tecidos de Juta e presidente da Companhia Paulista de Tecelagem, Street afirmou que em seus 32 anos de atividades ligadas à indústria têxtil nunca vira “uma crise tão intensa, tão longa, tão grave quanto a atual. Data ela de 1925, de quando o governo do sr. Artur Bernardes virou de borda na sua política financeira e iniciou sua violenta política de deflação e valorização forçada do câmbio”. Essa crise provocou uma tomada de posição da indústria do algodão, que, através de Jorge Street, denunciou o fornecimento de grande quantidade de tecidos ingleses aos importadores nacionais, gerando

assim enormes lucros para os estrangeiros em virtude da valorização da moeda brasileira causada pela deflação. A solução pedida foi a de mudança da pauta alfandegária, efetivamente adotada pelo governo de Washington Luís (1926-1930) ainda em 1928.

No fim da década de 1920 Jorge Street ficou economicamente arruinado, segundo alguns devido às medidas de assistência social implantadas em suas empresas. Street, contudo, sempre refutou essa interpretação. Em 1925, devido a dificuldades financeiras, viu-se obrigado a vender suas ações da Companhia Nacional de Tecidos de Juta e, tentando permanecer no ramo, construiu em São Paulo nova fábrica, denominada Santa Celina. No entanto, em 1929 liquidou definitivamente seus negócios industriais.

Depois da Revolução de 1930, foi nomeado em março de 1931 diretor geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, órgão vinculado ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Nesse cargo, contribuiu para a elaboração de várias leis trabalhistas, inclusive da que regulou a sindicalização. Depois de deixar o ministério, tornou-se em 1934 diretor geral do Departamento Estadual do Trabalho, em São Paulo, onde permaneceu por dois anos. Exerceu em seguida, a convite de Roberto Simonsen (que o considerava “precursor e primeiro realizador prático das ideias de assistência social e de proteção ao trabalho que hoje se discutem”), as funções de consultor técnico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), da qual foi fundador e integrante da primeira diretoria.

Jorge Street faleceu em São Paulo, no dia 23 de dezembro de 1939.

Foi casado com Zélia Frias Street, com quem teve sete filhos.

Integrou o conselho superior da Liga da Defesa Nacional e publicou, especialmente nas três primeiras décadas do século, grande número de artigos sobre matéria econômico-financeira e em defesa da indústria nacional em jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Comércio*, *O País* e *O Jornal*, além de artigos nos boletins do Centro e da Confederação Industrial do Brasil. Seus textos, selecionados por Evaristo de Moraes Filho, foram publicados em *Idéias sociais de Jorge Street* (1980).

Sônia Dias

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BLAKE,

A. Dicionário; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CASCUDO, L. *História; Cronologia da Assembléia*; FURTADO, J. *Vertentes*; GODINHO, V. *Constituintes; Grande encic. Delta*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, J. *Como*; MAIA, S. *Crônicas*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, R. *Bacharéis*; SOUSA, J. *Índice*.